

As eleições municipais e o problema da frente

por Aldo Fornazieri

GGN, 10.08.2020

Transformar o “fora Bolsonaro, o fora fascismo” no centro da estratégia eleitoral das eleições municipais é meio caminho para a derrota.

O encaminhamento das candidaturas dos partidos de esquerda nos principais centros políticos do país fez esboroar a tese da frente popular (frente de esquerda ou frente antifascista) que setores dos partidos e parte dos analistas vinham defendendo. Nos grandes centros políticos, a frente se formou em poucos lugares. As duas maiores exceções ficam por conta de Porto Alegre e, talvez, Recife, onde mais uma vez a promissora candidatura Marília Arraes é sacrificada.

A tese da Frente Popular fracassou porque ela se assentava sobre dois pressupostos falsos. O primeiro diz respeito à ideia de sua organicidade ou de sua formalização como condição de sua existência. Esse pressuposto é falso porque a formalização de uma frente só é possível após um processo de unidade em torno de lutas comuns, capaz de forjar a unidade nas bases dos partidos e dos movimentos sociais. As esquerdas passam por uma longa defensiva que se iniciou em 2015 e que deve perdurar ainda por um tempo. Nos processos de defensiva, o que mais interessa aos partidos é a sua reorganização, sua reestruturação, um novo acúmulo de forças.

ADVERTISING

O segundo pressuposto falso diz respeito ao principal objetivo da formação da frente: impedir o golpe fascista. Esta perspectiva nunca existiu durante este período do governo Bolsonaro. Assim, as esquerdas consumiram boa parte do seu tempo discutindo inutilidades. Esta perspectiva não se colocou objetivamente na conjuntura porque, para promover um golpe, é necessária uma articulação de forças econômicas, sociais, políticas e militares. Essa confluência golpista não existiu e não existe. Assim, as esquerdas confundiram a vontade de Bolsonaro e de alguns agrupamentos fascistóides como se fosse algo posto efetivamente na conjuntura.

Além de embarcar nesse erro, setores dos partidos buscaram sobrepor esse erro às definições das candidaturas às eleições municipais, sustentando que elas deveriam se presididas pela tese da formação da Frente Popular. Veja-se, por exemplo, o que diz Cirilo Mota, presidente do Diretório Municipal do PT de Recife ao anunciar o resultado da decisão de não lançar Marília Arraes como candidata: “O resultado da votação expressa a unidade a favor do projeto de esquerda que é acabar com a direita do fascismo para contribuir com o fora Bolsonaro, fora fascismo”.

Trata-se de uma confusão completa, pois o principal objetivo das eleições municipais não é o “fora Bolsonaro, o fora fascismo”. O principal objetivo é vencer as eleições. E eleições municipais se vencem com programas municipais e pautas municipais. Transformar o “fora Bolsonaro, o fora fascismo” no centro da estratégia eleitoral das eleições municipais é meio caminho para a derrota. Ademais, Bolsonaro e o bolsonarismo não serão uma força expressiva a disputar as eleições. Os principais embates dos partidos de esquerda serão contra partidos de centro e centro-direita.

Ao se afirmar que os pressupostos da Frente Popular são falsos não se quer dizer que frentes eleitorais de partidos de esquerda não possam se formar, a exemplo do que ocorre em Porto

Alegre. Mas o que deve presidir a formação dessas frentes são as conjunturas locais, os interesses locais dos partidos e os cenários das eleições em cada município.

A tese da Frente Popular é uma projeção bem intencionada, idealista e voluntariosa. Ela desconsidera a natureza humana e a própria natureza política dos partidos. Os partidos, e aqui se está falando dos partidos de esquerda, não definem suas táticas, estratégias e objetivos a partir das projeções ideais daquilo que seria um suposto interesse universal de quem é de esquerda. Os partidos definem suas táticas, suas estratégias e seus objetivos a partir de seus interesses egoístas. Não se pode pensar os partidos e seus líderes a partir de certa projeção santificadora dos mesmos. Além de se moverem pela lógica dos interesses partidários, muitas vezes ocorre que esta lógica é subordinada à lógica do interesse deste ou daquele líder, à lógica do interesse deste ou daquele grupo interno.

Eleições municipais constituem um momento no qual os interesses dos partidos menos confluem. Pela natureza local das eleições, os partidos buscam maximizar o processo de sua construção, o processo de seu fortalecimento. É o que ocorre, por exemplo, com o PSOL e o PT. O primeiro busca maximizar o número de candidatos para se construir e se fortalecer. O PT também busca maximizar o número de candidatos para recuperar a força e a posição que já teve e não perder ainda mais em relação a essa força e posição.

Dada a conjuntura específica das eleições municipais de São Paulo não fazia nenhum sentido o PSOL abrir mão da candidatura Boulos-Erundina ou de o PT não lançar a candidatura de Jilmar Tatto depois da definição interna. Se o PSOL deixasse de lançar a candidatura, deixaria de apostar em si mesmo. Se o PT não mantivesse a candidatura de Tatto seria um terrível sinal de fraqueza.

Além de organizar e fortalecer os partidos, as eleições municipais constituem um momento exploratório, constitutivo da definição das estratégias nacionais tendo em vista as eleições de 2022. O cenário para aquelas eleições está em aberto e, por isso, os partidos precisam trabalhar para conquistar posições favoráveis. Olhando as eleições de 2022 com os olhos de hoje, pode-se dizer que as forças de esquerda e centro-esquerda caminham para a constituição de três campos, ou três candidaturas.

O PT deverá ter um candidato próprio que, o mais provável, não será Lula. Desde 2015, todas as apostas que o PT fez no STF se mostraram ilusórias. Agora se aposta na anulação da sentença condenatória e na restauração dos direitos políticos de Lula. É uma luta absolutamente justa. Mas é um equívoco subordinar a estratégia do partido na crecha de uma decisão favorável do STF.

Partindo da hipótese de que a polarização se dará entre o PT e Bolsonaro, tanto um quanto o outro precisarão buscar apoios e alianças ao centro para vencer. Neste caso, é impensável que o PSOL aceite fazer uma aliança com o PT no primeiro turno. Lançará candidato próprio.

Por outro lado, Ciro Gomes, o PDT, o PCdoB e o PSB (talvez a Rede) ensaiam formar uma aliança de centro-esquerda. Ciro Gomes, possivelmente, seria o candidato. Neste momento não parece verossímil pensar que o PT aceitaria ser vice de Ciro ou que Ciro aceitaria abrir mão da candidatura para ser vice ou indicar um vice na chapa do PT. O PT está numa situação delicada: sofre uma pressão em pinça: de um lado, o campo de centro-esquerda; de outro, o PSOL. Sair das eleições municipais com ganhos significativos de posições não é apenas uma necessidade, mas uma exigência.

As eleições municipais, assim, servem de momento para construir condições de vantagem tendo em vista a definição da estratégia nacional de cada partido tendo em vista as eleições de 2022. Até por isso os partidos não podem se subordinar a uma tese geral, e abstrata, de uma frente popular. A unidade das esquerdas e das forças populares deve ser construída nas

lutas concretas, nas lutas pela igualdade e pela justiça, na defesa dos direitos e da democracia. É este processo que poderá contribuir para o surgimento de uma conjuntura singular, favorável para a constituição de uma frente orgânica de esquerda. É na condução e na liderança dessas lutas que poderá se formar uma nova direção hegemônica, capaz de garantir a unidade.

Aldo Fornazieri – Professor da Escola de Sociologia e Política (FESPSP).